

**«MODELO DE "CONTRATO-QUADRO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS»**

**COMM/IO-PT\_LIS/FWC/2018/1**

**DG COMM/AWD/2018/552**

*ENTRE*

A União Europeia, representada pelo Parlamento Europeu,  
situada na rue Wirtz 60, B - 1047 Bruxelas,  
que é representado, para a assinatura do presente contrato,  
por Steven Clark,  
a seguir designado por «o Parlamento Europeu»,

**por um lado,**

*E*

..... residente/com sede social em<sup>1</sup>  
.....,  
representado por .....,  
agindo na qualidade de .....,  
a seguir designado por “o contraente”<sup>2</sup>  
.....  
a seguir designados coletivamente por “as partes”,

**por outro,**

**SÃO ACORDADAS**

**as seguintes condições específicas e condições gerais**

---

<sup>1</sup> Consoante se trate de uma pessoa singular ou de uma pessoa coletiva. Riscar o que não interessa.

<sup>2</sup> Em caso de grupo de operadores económicos, todos os membros do grupo serão mencionados como contraentes. Para o efeito, o contrato deve indicar tantas vezes quantas o necessário a fórmula na qual são mencionados o nome, o endereço e o representante do contraente. Além disso, a fórmula final "a seguir designado por 'o contraente' " será substituída por "a seguir designados coletivamente por 'o contraente' ". Esta formulação não será aplicável no caso de grupos criados com personalidade jurídica própria. Neste caso, o nome do grupo será explicitamente mencionado no contrato como sendo o "Contratante". Em contrapartida, na cláusula relativa à responsabilidade solidária, os operadores económicos que criaram o grupo serão expressamente mencionados.

## **I – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

### **ARTIGO I.1 - OBJETO DO CONTRATO**

1. O contraente obriga-se perante o Parlamento Europeu, nas condições especificadas no presente contrato e respetivos anexos que dele fazem parte integrante, a efetuar os serviços de organização das actividades de comunicação e informação do Gabinete de Ligação do Parlamento Europeu em Portugal, de acordo com o documento constante do anexo II.
2. A assinatura do presente contrato não implica qualquer obrigação de encomenda para o Parlamento Europeu. O presente contrato será executado mediante notas de encomenda e/ou contratos específicos.
3. Caso seja efetuada uma encomenda nos termos do artigo I.7 do presente contrato, o contraente efetuará as prestações solicitadas nas condições estipuladas no presente contrato e respetivos anexos.

### **ARTIGO I.2 - DURAÇÃO**

1. O presente contrato entra em vigor em na data da sua assinatura pela última parte contraente, por um período de um ano.
2. O contrato será renovado tacitamente todos os anos, salvo se qualquer das partes a tal se opuser por via de carta registada, enviada no mínimo três meses antes do termo do período inicial de vigência do contrato ou do respetivo termo anual, mas a sua duração não poderá exceder os quatro anos da data da sua entrada em vigor, como especificado no parágrafo anterior. Esta renovação não implicará qualquer alteração ou adiamento das obrigações existentes.
3. As notas de encomenda e os contratos específicos não podem, em caso algum, ser assinados antes da data de entrada em vigor do presente contrato. A execução das prestações não pode, em circunstância alguma, ter início antes da data de entrada em vigor da nota de encomenda ou do contrato específico.
4. As notas de encomenda ou contratos específicos devem ser assinados pelo Parlamento antes do termo do presente contrato. Após a data de expiração, os termos do presente contrato continuarão a ser aplicáveis às notas de encomenda e contratos específicos.

### **ARTIGO I.3 - RELATÓRIOS E DOCUMENTOS**

Os serviços prestados pelo contraente serão objeto de relatórios por ele elaborados de acordo com o disposto no presente contrato e respetivos anexos.

### **ARTIGO I.4 – PREÇO E PAGAMENTO**

1. O preço figura no Anexo IV. O preço é expresso em euros, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA). O preço cobre todas as despesas suportadas pelo contraente na execução das encomendas.
2. Os pagamentos a título do contrato serão efetuados nos termos do presente artigo e na condição de o contraente ter cumprido todas as suas obrigações contratuais à data do envio do pedido de pagamento. Em caso algum, os novos pedidos de pagamento serão considerados admissíveis se os

- anteriores pedidos apresentados pelo contraente não tiverem sido liquidados pelo Parlamento Europeu, invocando razões de não-execução parcial ou total, falhas de execução ou negligência.
3. Não se aplica
4. Os pedidos de pagamentos serão processados pelo contraente da seguinte forma:

**Pré-financiamento**

Não se aplica

**Pagamentos intercalares**

Não se aplica

**Pagamento do saldo**

Para ser admissível, o pedido de pagamento do saldo da(s) nota(s) de encomenda ou do(s) contrato(s) específico(s) emitidos pelo Parlamento Europeu deve ser acompanhado:

- ) de uma lista de todos os direitos preexistentes sobre os resultados ou partes dos resultados ou de uma declaração em como não há direitos preexistentes, como previsto no artigo II.9.4.
  - ) de um relatório técnico final elaborado em conformidade com as instruções do presente contrato e respetivos anexos
  - ) da correspondente fatura, com a indicação do número de referência do contrato e da(s) nota(s) de encomenda ou do(s) contrato(s) específico(s), bem como da seguinte referência: Parlamento Europeu, Gabinete de Ligação em Portugal.
5. Os pedidos de pagamento ou notas de crédito relativos à execução do presente contrato devem ser enviados pelo contraente ao Serviço do Correio Oficial do Parlamento Europeu, Plateau du Kirchberg, L-2929 Luxemburgo, ao cuidado de Parlamento Europeu, Gabinete de Ligação em Portugal.

O contraente deve enviar ao Parlamento Europeu os pedidos de pagamento ou as notas de crédito dentro de envelopes, embalagens ou quaisquer outros meios equivalentes nos quais seja claramente visível e identificável uma das seguintes menções: "pedido de pagamento" ou "nota de crédito".

O contraente incluirá no corpo do pedido de pagamento ou da nota de crédito os contactos do serviço responsável do Parlamento Europeu:

Parlamento Europeu  
Gabinete de Ligação em Portugal

Os pedidos de pagamento só serão admissíveis se forem acompanhados das faturas correspondentes.

O Parlamento Europeu dispõe de um período de 30 dias de calendário a contar da data de registo do pedido de pagamento pelo Tesoureiro do Parlamento Europeu para proceder ao pagamento dos montantes devidos pela execução do presente. Os pagamentos considerar-se-ão efetuados na data-valor do débito na conta bancária do Parlamento Europeu.

6. O prazo de pagamento pode ser suspenso pelo Parlamento Europeu em qualquer momento após a receção do pedido de pagamento, mediante notificação ao contraente de que o pedido de pagamento não pode ser satisfeito pelos seguintes motivos:
- a) Os montantes referidos no pedido de pagamento não são devidos na data de receção do pedido;

- b) O contraente não apresentou todos os documentos comprovativos previstos na legislação aplicável ou no presente contrato, mas o Parlamento Europeu entende que o contraente pode sanar essa falha sem que se verifique rejeição do pedido de pagamento na aceção do n.º 7;
- c) O Parlamento Europeu considera necessário proceder a verificações suplementares que permitam apurar se os montantes referidos no pedido de pagamento são devidos;
- d) O contraente não respeitou o disposto nos segundo e/ou terceiro parágrafos do n.º 5;
- e) O contraente não enviou ao serviço responsável uma cópia do relatório final referido no presente artigo.

O Parlamento Europeu notificará o contraente da suspensão por carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico. A suspensão produzirá efeitos a contar da data indicada na notificação. A parte restante do prazo recomeçará a correr quando a suspensão tiver sido levantada, o que se verificará:

- Z relativamente à alínea a), no termo do prazo de pagamento em causa, confirmado pelo Parlamento Europeu na notificação;
- Z relativamente à alínea b), a contar da data de receção, pelo Serviço do Correio Oficial do Parlamento Europeu indicado no n.º 5, dos documentos justificativos em causa, especificados na notificação;
- Z relativamente às alíneas c) e e), no termo de um prazo razoável, fixado pelo Parlamento Europeu e comunicado ao contraente na notificação; e
- Z relativamente à alínea d), na data em que o Parlamento Europeu tiver conseguido identificar as informações omitidas pelo contraente e proceder ao registo do pedido de pagamento. Essa data será comunicada ao contraente na notificação.

7. O pedido de pagamento será rejeitado pelo Parlamento Europeu, mediante notificação ao contraente, nos seguintes casos:

- a) O pagamento referido no pedido não é devido;
- b) O pedido de pagamento está errado e deve ser objeto de uma nota de crédito; ou
- c) O pedido de pagamento ou a fatura não contém todas as informações e peças justificativas essenciais previstas no presente contrato ou na legislação aplicável, ou o pedido de pagamento foi elaborado em violação da regulamentação fiscal aplicável.

8. Em caso de atraso no pagamento, o contraente tem direito a juros de mora. Os juros serão calculados à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento mais recentes (a seguir designada "a taxa de referência"), acrescida de oito pontos percentuais. Aplicar-se-á a taxa de referência em vigor no primeiro dia do mês da data de vencimento do pagamento. A referida taxa de juro é publicada no Jornal Oficial da União Europeia, série C. Serão devidos juros relativos ao período decorrido entre o dia seguinte ao do termo do prazo de pagamento e a data do pagamento, inclusive.

Se os juros de mora forem de montante igual ou inferior a 200 euros, os mesmos só serão pagos ao contraente se a respetiva reclamação for apresentada por este último no prazo de dois meses a contar da data de receção do pagamento.

9. Os pagamentos serão efetuados por transferência bancária para a conta do contraente, expressa em euros. O número de conta será comunicado pelo contraente, por via do formulário fornecido pelo Parlamento Europeu, chamado "ficha de identificação financeira do fornecedor", ou, excecionalmente, através de um documento equivalente aceite pelo Parlamento Europeu. Qualquer alteração das coordenadas bancárias dará lugar ao envio de um novo formulário devidamente preenchido.

## **ARTIGO I.5 - REVISÃO DO PREÇO**

1. A partir do segundo ano do contrato, o preço poderá ser revisto anualmente, para mais ou para menos, na data aniversário da assinatura do contrato, a pedido de uma das partes, enviado por carta registada endereçada à outra parte contraente com uma antecedência até três meses em relação à data aniversário do contrato.
2. A revisão do preço será efetuada em função da evolução do índice MUICP dos preços no consumidor, publicado mensalmente pelo Serviço de Estatística da União Europeia.
3. A revisão será efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pr = Pi \times Ir/Ii$$

Pr: preço revisto que se pretende calcular;

Pi: preço especificado na assinatura do contrato, ou preço resultante da última revisão, se essa revisão já tiver ocorrido;

Ir: índice do terceiro mês anterior à entrada em vigor da renovação do contrato;

Ii: índice do terceiro mês anterior ao mês da assinatura do contrato ou do terceiro mês anterior à entrada em vigor da última revisão do preço, se essa revisão já tiver ocorrido;

O preço revisto será arredondado à segunda casa decimal.

## **ARTIGO I.6 - GARANTIAS FINANCEIRAS**

Não se aplica.

## **ARTIGO I.7 – NORMAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O contraente deve cumprir os requisitos mínimos indicados no caderno de encargos. Entre estes figuram o respeito das obrigações legais aplicáveis em matéria ambiental, social e laboral estabelecidas pelo direito da União, pela legislação nacional, por acordos coletivos ou pelas convenções internacionais em matéria ambiental, social e laboral enumeradas no anexo X da Diretiva 2014/24/UE (JO L 94 de 28.3.2014, p. 65).

1. As partes podem acordar normas mais detalhadas de prestação de serviços a anexar às notas de encomenda ou contratos específicos emitidos no âmbito do presente contrato, desde que não colidam com as disposições do presente contrato e respetivos anexos ou com quaisquer outros documentos que descrevam em pormenor as normas de execução do presente contrato.

## **ARTIGO I.8 - AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIALMENTE ESTABELECIDAS NO CONTRATO**

Não se aplica.

## **ARTIGO I.9 - CONDIÇÕES DE RECEÇÃO**

Não se aplica.

## **ARTIGO I.10 - GARANTIA**

Não se aplica.

## **ARTIGO I.11 - MORA, NEGLIGÊNCIA MANIFESTA, INCUMPRIMENTO, NÃO CONFORMIDADE E MÁ EXECUÇÃO**

1. Em caso de mora, negligência manifesta na execução ou incumprimento total ou parcial, não-conformidade com os requisitos contratuais ou má execução do presente contrato, das notas de encomenda ou dos contratos específicos, o Parlamento Europeu pode, para reparar de modo adequado o dano sofrido, deduzir do saldo do preço devido ao contraente, o montante adequado a título de perdas e danos, acrescido, se for caso disso, de juros de mora e dos encargos que tenha suportado em consequência dos danos, tal como indicado no artigo II.2 das Condições Gerais. Se os valores cobrados não forem suficientes para reparar adequadamente o dano sofrido, o Parlamento Europeu pode, a par da referida dedução, intentar qualquer outra ação complementar. Sem prejuízo de eventuais processos judiciais instaurados pelo contraente, a determinação dos montantes por perdas e danos, dos juros de mora e dos encargos, tendo em vista a sua cobrança e/ou posterior reclamação, será efetuada pelo Parlamento Europeu, mediante notificação ao contraente, por carta registada com aviso de receção, do incumprimento do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Parlamento Europeu pode aplicar uma multa de 0,2% do montante correspondente às encomendas não executadas por cada dia de atraso, a contar da data da notificação do atraso ao contraente, por carta registada com aviso de receção. Estas multas podem ser deduzidas dos montantes por regularizar.
3. Se, por razões imputáveis ao contraente, o serviço competente do Parlamento Europeu não puder receber os serviços, ou em caso de receção parcial, aplicam-se aos serviços que não tenham sido objeto de receção os n.ºs 1 e 2 do presente artigo.
4. Nos casos referidos no n.º 1, e sem prejuízo das sanções administrativas e financeiras que o Parlamento Europeu possa impor ao abrigo do artigo II.17 das condições gerais, o Parlamento Europeu pode, após notificação do contraente por carta registada com aviso de receção que não tenha resultado em cumprimento total ou parcial no prazo de quinze dias de calendário a contar do respetivo envio, rescindir o contrato com efeitos imediatos, mediante simples notificação por carta registada com aviso de receção, sem que haja lugar a qualquer indemnização do contraente. O Parlamento Europeu pode igualmente exigir que as prestações sejam executadas por pessoal substituto, nos termos previstos no artigo II.15 das condições gerais.

## **ARTIGO I.12 - LEI APLICÁVEL, CONDIÇÕES GERAIS E PUBLICIDADE DO CONTRATO**

1. É aplicável ao presente contrato o direito da União Europeia completado pela lei Belga.
2. O contraente renuncia às suas próprias condições contratuais. Declara conhecer e aceitar as Condições Gerais que integram o presente contrato.
3. O contraente declara ainda aceitar que determinados elementos relativos ao presente contrato, designadamente, o seu nome ou firma, o objeto e o montante do contrato adjudicado, sejam objeto da publicidade prevista no Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União (a seguir designado "Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012").
4. Os documentos entregues pelo contraente aquando da apresentação da sua proposta passam a ser propriedade do Parlamento Europeu e podem ser tornados acessíveis ao público dentro dos limites e pelas formas previstas no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, sem prejuízo das medidas em matéria de publicidade impostas pelos artigos 123.º e 124.º do Regulamento delegado (UE) n.º 1268/2012 da Comissão, de 29 de outubro de 2012, sobre as normas de execução do Regulamento (UE, Euratom) n.º

966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União.

### **ARTIGO I.13 - CLÁUSULA ATRIBUTIVA DE COMPETÊNCIA**

Qualquer litígio entre o Parlamento Europeu e o contraente a respeito do presente contrato relativamente ao qual não tenha sido possível um acordo amigável entre as partes será dirimido pelo Tribunal, órgão jurisdicional do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do artigo 256.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

### **ARTIGO I.14 - PROTEÇÃO DOS DADOS**

1. Os dados pessoais obtidos no âmbito da execução do presente contrato serão tratados nos termos do Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. Tais dados serão tratados exclusivamente para efeitos da execução, gestão e acompanhamento do contrato pela entidade designada como responsável pelo tratamento dos dados na Direcção-Geral da Comunicação do Parlamento Europeu, sem prejuízo da sua possível transmissão a organismos encarregados de funções de acompanhamento ou inspeção nos termos da legislação da União Europeia. O contraente terá o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os corrigir. Para quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais, o contraente deve dirigir-se à entidade designada como responsável pelo tratamento dos dados Direcção-Geral da Comunicação do Parlamento Europeu. O contraente terá direito de recurso, em qualquer momento, para a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.
2. Na medida em que o presente contrato implique o tratamento de dados pessoais pelo contraente por conta do Parlamento Europeu, o contraente só poderá agir por instrução da entidade designada como responsável pelo tratamento dos dados da Direcção-Geral da Comunicação do Parlamento Europeu, em particular no que respeita às finalidades do tratamento, às categorias de dados suscetíveis de ser tratados, aos destinatários dos dados e aos meios pelos quais a pessoa interessada pode exercer os seus direitos.
3. Os dados pessoais tratados pelo contraente no âmbito da execução do presente contrato são confidenciais. O contraente limitará o acesso aos dados ao pessoal estritamente necessário para a execução, a gestão e o seguimento do contrato.
4. O contraente compromete-se a adotar as medidas de segurança adequadas de ordem técnica e organizativa no que toca aos riscos inerentes ao tratamento e à natureza dos dados pessoais em questão. Em caso de tratamento automatizado, o contraente deve nomeadamente adotar medidas para:
  - a) Impedir o acesso de pessoas não autorizadas aos sistemas informáticos de tratamento de dados pessoais;
  - b) Impedir qualquer leitura, reprodução, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento;
  - c) Impedir qualquer introdução não autorizada de dados na memória, assim como qualquer divulgação, alteração ou apagamento não autorizado dos dados pessoais armazenados;
  - d) Impedir que pessoas não autorizadas utilizem sistemas de tratamento de dados através

de equipamento de transmissão de dados;

- e) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de tratamento de dados não possam aceder a outros dados pessoais para os quais não possuam autorização;
  - f) Registrar quais os dados pessoais comunicados, quando e a quem;
  - g) Garantir que, posteriormente, será possível controlar e verificar que dados pessoais foram tratados, quando e por quem;
  - h) Garantir que o tratamento de dados pessoais por conta do Parlamento Europeu só possa ser efetuado nos moldes prescritos pela instituição;
  - i) Garantir que durante a comunicação de dados pessoais e transporte de suportes de dados, os dados não possam ser lidos, copiados ou apagados sem autorização;
  - j) Conceber a sua estrutura organizativa de molde a que a mesma possa obedecer aos requisitos próprios para a proteção dos dados.
5. O n.º 4 é aplicável sem prejuízo das obrigações do contraente resultantes das regulamentações nacionais aplicáveis de transposição da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
6. O Parlamento Europeu reserva-se o direito de verificar a aplicação e o respeito, pelo contraente, das medidas previstas no n.º 4. O contraente compromete-se a fornecer toda a informação que o Parlamento Europeu possa exigir a este respeito.

#### **ARTIGO I.15 - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CONTRAENTE<sup>3</sup>**

1. As partes identificadas no presente contrato como "Contratante" têm uma responsabilidade solidária perante o Parlamento Europeu durante a execução do contrato.
2. (*Indicar o nome do contraente líder*) é designado por contraente líder. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 para a execução do presente contrato, o contraente líder agirá em nome de (*indicar o nome de outras partes contraentes*). Todas as comunicações entre o Parlamento Europeu e o contraente serão efetuadas através do contraente líder. Os pagamentos serão igualmente efetuados pelo Parlamento Europeu para a conta do contraente líder.<sup>4</sup>

#### **ARTIGO I.16 - EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS DO CONTRATO**

##### **1. Lista pormenorizada dos modos de exploração dos resultados**

---

<sup>3</sup> Inserir este artigo sempre que o contraente seja um grupo de operadores económicos que tenha apresentado uma proposta conjunta no processo de concurso.

<sup>4</sup> O texto atual deste artigo será mantido inalterado no modelo de contrato a transmitir aquando do convite à apresentação de propostas. No entanto, em função dos resultados do concurso, podem concorrer outras formas de grupos de operadores económicos (com um líder nomeado, mas com conta bancária própria em nome do grupo, um "verdadeiro" consórcio com personalidade jurídica e conta bancária próprias, etc.). Por esta razão, a cláusula deve ser adaptada posteriormente logo que seja conhecido o resultado do concurso. Em todo o caso, os membros que integram o grupo, provido ou não de personalidade jurídica, devem sempre assumir uma responsabilidade solidária perante o Parlamento Europeu.



De acordo com artigo II.9.2, segundo o qual a União adquire a propriedade dos resultados nos termos do presente contrato, incluindo o caderno de encargos, estes resultados podem ser utilizados para qualquer dos seguintes fins:

- a) Utilização para fins próprios:
  - ) Difusão entre o pessoal da entidade adjudicante;
  - ) Colocação à disposição das pessoas e entidades que trabalham para a entidade adjudicante ou que com ela colaboram, incluindo contraentes, subcontratantes, quer sejam pessoas singulares quer coletivas, instituições, agências e organismos da UE ou instituições dos Estados-Membros;
  - ) Instalação, carregamento, processamento;
  - ) Preparação, compilação, combinação, extração;
  - ) Cópia ou reprodução, no todo ou em parte e em número ilimitado de exemplares.
- b) Distribuição ao público de cópias em papel, em suporte eletrónico ou formato digital, através da Internet, incluindo as redes sociais, em ficheiros disponíveis para telecarregamento ou não;
- c) Comunicação através de comunicados de imprensa;
- d) Inclusão em bases de dados ou índices amplamente acessíveis como, por exemplo, através de portais de «livre acesso», «dados abertos», ou repositórios semelhantes, de acesso livre ou apenas mediante subscrição;
- e) Modificações pela entidade adjudicante ou por um terceiro em seu nome, incluindo:
  - ) Redução;
  - ) Resumo;
  - ) Alteração do conteúdo ou dimensões;
  - ) Alterações técnicas ao conteúdo (correção necessária de erros técnicos), aditamento de novas partes ou funcionalidades, alteração de funcionalidades, fornecimento a terceiros de informações adicionais sobre o *resultado* (por exemplo, o código fonte), com vista a proceder a alterações;
  - ) Aditamento de novos elementos, parágrafos, títulos, epígrafes, caracteres a negrito, legendas, índices, resumos, gráficos, sons;
  - ) Aditamento de metadados, para fins de prospeção de dados e de texto; aditamento de informações sobre gestão de direitos; aditamento de medidas tecnológicas de proteção;
  - ) Preparação para apresentação em formato áudio ou de animação, pictogramas, diapositivos, apresentação pública;
  - ) Extração de uma parte ou divisão em partes;
  - ) incorporação, inclusive eliminando margens ou através de corte, dos resultados ou de partes noutros trabalhos, como sítios Web e páginas Web
  - ) Tradução, legendagem ou dobragem em diferentes versões linguísticas:
    - línguas utilizadas na UE;
- f) O direito de autorizar, licenciar ou sublicenciar, no caso de licenças relativas a *direitos preexistentes*, a favor de terceiros, os modos de exploração previstos em qualquer das alíneas a) a e).
- g) Outras adaptações que as partes podem acordar posteriormente; nesse caso, aplicam-se as seguintes regras: A entidade adjudicante deve consultar o contraente. Se necessário, o contraente deve, por seu turno, obter a aprovação dos autores ou de quaisquer outros titulares de direitos e responder à entidade adjudicante no prazo de um mês, manifestando o seu acordo, com eventuais sugestões de modificações, a título gratuito. O contraente só pode recusar a alteração pretendida, se o *autor* puder demonstrar que a alteração pretendida é suscetível de prejudicar a sua honra ou reputação, violando assim os seus direitos morais.

Os modos de exploração podem ser definidos de forma mais pormenorizada no contrato específico.

## **2. Licenciamento ou transferência dos direitos preexistentes**

### *Licenciamento dos direitos preexistentes*

Todos os direitos preexistentes incorporados nos *resultados*, caso existam, são objeto de licenciamento sobre uma licença não exclusiva;

## **3. Envio da lista dos direitos preexistentes e provas documentais**

O contraente deve fornecer à entidade adjudicante uma lista com os *direitos preexistentes*, como previsto no artigo II.9.5, o mais tardar juntamente com a fatura para pagamento do saldo.

## **4. Âmbito de aplicação territorial e a duração dos direitos exclusivos**

O âmbito de aplicação territorial dos direitos exclusivos é a nível mundial;

No caso de uma licença, a duração dos direitos exclusivos é todo o período de duração da proteção dos direitos de propriedade intelectual;

## **5. Âmbito de aplicação territorial e duração em caso de licenciamento dos *direitos preexistentes*** Não se aplica

## **ARTIGO I. 17 - DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS GERAIS**

Todas as comunicações relativas ao contrato devem ser feitas por escrito e mencionar o número de referência do contrato. Presume-se que o correio normal é recebido pelo Parlamento Europeu na data em que é registado pelo serviço responsável abaixo indicado. As comunicações (excetuando os pedidos de pagamento e as notas de crédito referidas no n.º 5 do artigo I.4) devem ser enviadas para os seguintes endereços:

### Para o Parlamento Europeu:

Parlamento Europeu  
Direção-Geral da Comunicação  
Direção dos Gabinetes de Ligação do Parlamento Europeu  
Gabinete de Ligação do Parlamento Europeu em Portugal  
Código Postal: 1269-070  
Localidade: Lisboa  
Mail: eplisboa@ep.europa.eu

### Para o contraente:

Sr./Sra. (*preencher*)  
(*indicar as funções exercidas*)  
(*indicar razão social*)  
(*indicar endereço oficial completo*)

## **ARTIGO I.18 - DISPOSIÇÕES FINAIS E ANEXOS**

1. Figuram em anexo ao presente contrato, de que fazem parte integrante, os seguintes documentos:

Anexo I: Caderno de encargos e todos os seus anexos  
Anexo II: Modelo de contrato específico ou nota de encomenda  
Anexo III: Proposta do contraente de .../.../...  
Anexo IV: Lista dos preços

2. O disposto nas condições específicas, nas condições gerais e nos respetivos anexos é aplicável sempre e em todos os casos. No entanto, no caso de subsistir uma contradição entre estes documentos, as disposições das condições específicas prevalecem sobre as das outras partes do contrato. As disposições das condições gerais prevalecem sobre as dos anexos. Os anexos prevalecem uns sobre os outros pela ordem em que estão numerados.
3. Sem prejuízo do que antecede, os vários documentos que formam o presente contrato devem ser considerados reciprocamente elucidativos. As ambiguidades ou discrepâncias dentro ou entre as referidas partes devem ser explicadas ou retificadas por instrução escrita emitida pelo Parlamento Europeu.

## **II - CONDIÇÕES GERAIS**

### **ARTIGO II.1 - DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. Salvo disposições especiais, os prazos de execução fixados no contrato, nos contratos específicos ou nas notas de encomenda correm a partir da data da respetiva entrada em vigor. Os prazos serão prorrogados em caso de força maior. Nesse caso, as partes fixarão por escrito os novos prazos.
2. O contraente deve executar o contrato de boa-fé e em obediência às mais elevadas normas profissionais. O contraente é o único responsável pelo cumprimento das obrigações legais que lhe incumbem, designadamente as decorrentes da legislação laboral, fiscal, social e de proteção ambiental.
3. Cabe exclusivamente ao contraente fazer as diligências necessárias para a obtenção, em tempo oportuno, de quaisquer licenças, autorizações ou credenciações exigidas para a execução do contrato por força das leis e regulamentos em vigor no local em que as tarefas confiadas ao contraente devam ser executadas. Tal licença, autorização ou credenciação pode envolver, nomeada mas não exclusivamente, a credenciação de segurança e/ou a habilitação de segurança do contraente ou de qualquer pessoa que aja em seu nome, necessária para o acesso a locais, instalações e/ou eventos organizados no quadro da execução do contrato. Caso o contraente não obtenha uma das licenças, autorizações, credenciações ou habilitações necessárias para a execução do contrato e/ou não possa garantir a execução do contrato por pessoas que dispõem de todas as licenças, autorizações, credenciações ou habilitações exigidas para a execução do contrato, o Parlamento Europeu pode rescindir o contrato sem pré-aviso.
4. O contraente tem a obrigação de subscrever os seguros contra riscos e danos relativos à execução do contrato exigidos pela legislação aplicável, nomeadamente em matéria de responsabilidade civil. Deve igualmente subscrever os seguros complementares habituais no respetivo setor de atividade. O contraente subscreve ainda seguros de responsabilidade profissional para cobrir os riscos associados à não-conformidade da execução do contrato. Caso o Parlamento Europeu o solicite, devem ser-lhe enviadas cópias de todos os contratos de seguro pertinentes, no prazo máximo de 15 dias de calendário.
5. As referências ao pessoal do contraente dirão respeito exclusivamente às pessoas envolvidas na execução do contrato.
6. O contraente deve assegurar que qualquer pessoa que aja em seu nome ou qualquer membro do seu pessoal que participe na execução do contrato possua as qualificações profissionais e experiência necessárias para a realização das tarefas que lhe sejam confiadas, de acordo com os critérios definidos nos documentos do concurso e no caderno de encargos.
7. Em caso de anomalia resultante de ato ou omissão de um membro do pessoal do contraente a trabalhar nas instalações do Parlamento Europeu, ou no caso de as suas qualificações profissionais ou a sua experiência não corresponderem ao perfil exigido pelo contrato, o contraente deve proceder à sua imediata substituição. O Parlamento Europeu terá o direito de obter a substituição de qualquer desses membros do pessoal, devendo justificá-lo. O pessoal de substituição deve possuir as qualificações profissionais e a experiência necessárias previstas no convite à apresentação de propostas e ser capaz de executar o contrato nas mesmas condições contratuais. O contraente será responsável por qualquer atraso na execução das tarefas que lhe foram confiadas resultante da substituição de pessoal nos termos do presente artigo.
8. O contraente será o único responsável pelo pessoal que executar as tarefas que lhe foram confiadas. O contraente deve estar em condições de comprovar perante o Parlamento Europeu, em qualquer momento, que o seu pessoal satisfaz os requisitos previstos na regulamentação aplicável.

9. O contraente tomará todas as medidas adequadas (seguros e outros) para garantir a cobertura do seu pessoal contra todos os riscos a que este possa ser sujeito durante a execução do presente contrato.
10. O contrato deverá ser executado de forma a excluir a possibilidade de o contraente ou o seu pessoal terem qualquer vínculo de subordinação ao Parlamento Europeu. Em particular:
  - )] o pessoal executante das tarefas confiadas ao contraente não pode receber diretamente instruções do Parlamento Europeu, não podendo o contraente ou o seu pessoal estar integrados na organização administrativa do Parlamento Europeu;
  - )] o Parlamento Europeu não pode, em caso algum, ser considerado empregador do referido pessoal.
11. Na eventualidade de acontecimentos imprevistos, atos ou omissões que obstem direta ou indiretamente, total ou parcialmente, à execução do contrato, o contraente procederá de imediato e por sua própria iniciativa ao respetivo registo e comunicação ao Parlamento Europeu. Esta comunicação deve incluir a descrição do problema e a indicação da data em que teve início, bem como uma exposição das medidas tomadas pelo contraente para assegurar o cumprimento integral das suas obrigações contratuais. Neste caso, o contraente dará prioridade à resolução do problema, em detrimento do apuramento de responsabilidades.
12. Caso o contraente não cumpra as suas obrigações nos termos do disposto no contrato, o Parlamento Europeu pode - sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato - reduzir ou recuperar os pagamentos que tiver feito, na proporção da inexecução. Além disso, o Parlamento Europeu pode impor sanções ou indemnizações, nos termos do artigo I.11 das condições específicas e do artigo II.17 das presentes condições gerais.
13. O contraente obriga-se a prestar ao Parlamento Europeu as informações que este lhe solicite para efeitos da gestão do contrato.
14. O contraente, bem como o seu pessoal, não pode representar o Parlamento Europeu nem agir de modo a dar essa impressão. O contraente deve informar os terceiros de que não pertence à função pública da União Europeia.
15. No termo do contrato, o contraente obriga-se a transmitir ao Parlamento Europeu todos os documentos que tenha na sua posse relativos aos trabalhos de execução do contrato que lhe tenham sido confiados.

## **ARTIGO II.2 - RESPONSABILIDADE**

1. Salvo no caso de conduta dolosa ou negligência grave da sua parte, o Parlamento Europeu não será responsável pelos danos sofridos pelo contraente ou pelo seu pessoal na execução das tarefas objeto do contrato. Nenhuma reclamação relativa a tais danos tendente à sua indemnização ou reparação será admitida pelo Parlamento Europeu.
2. Salvo caso de força maior, o contraente será responsável por quaisquer perdas ou danos, diretos ou indiretos, corporais ou materiais, causados por si, por qualquer pessoa que aja em seu nome ou por qualquer membro do seu pessoal ao Parlamento Europeu ou a terceiros na execução do contrato, inclusive no caso da subcontratação prevista no artigo II.6. O contraente é igualmente responsável pelos defeitos de qualidade e pelos atrasos na execução do contrato. O Parlamento Europeu não será responsável por atos ou omissões do contraente na execução do contrato.

3. O contraente será responsável por qualquer indemnização relativamente a ações, reclamações ou processos intentados por terceiros contra o Parlamento Europeu em resultado de danos causados pelo contraente no âmbito da execução do contrato.
4. Em caso de ação intentada por terceiros contra o Parlamento Europeu relacionada com a execução do contrato, o contraente prestará assistência ao Parlamento Europeu. As despesas suportadas pelo contraente para este efeito podem ser assumidas pelo Parlamento Europeu.
5. Sem prejuízo das disposições relativas à receção e à garantia, o contraente obriga-se a reparar as perdas ou danos, diretos e indiretos, causados ao Parlamento Europeu por inexecução ou execução defeituosa ou tardia do contrato.

### **ARTIGO II.3 - FATURAÇÃO**

1. O contraente obriga-se a estabelecer uma fatura correspondente às disposições contratuais que cobrem uma ou várias notas de encomenda ou contratos específicos.
2. As faturas devem obrigatoriamente conter as seguintes informações: a referência e/ou a data da(s) nota(s) de encomenda ou do(s) contrato(s) específico(s), a descrição dos serviços prestados, os preços expressos em euros<sup>5</sup> e as coordenadas bancárias do contraente, com indicação dos seus códigos IBAN ou BIC e do seu número de contribuinte. As faturas devem incluir a menção "*Para uso oficial do Parlamento Europeu*". A fatura pode ainda conter uma menção especial ao seu destinatário final.
3. A fatura deve ser enviada ao Service du courrier officiel du Parlement européen, Plateau du Kirchberg, L-2929 Luxembourg.
4. Sem prejuízo do direito a eventuais juros de mora, o contraente aceita os eventuais constrangimentos de ordem financeira resultantes da aplicação do regime dos duodécimos provisórios caso o orçamento geral da União Europeia não seja aprovado no início do exercício, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012.

### **ARTIGO II.4 - DISPOSIÇÕES FISCAIS**

1. O contraente será o único responsável pelo cumprimento da legislação fiscal aplicável. O incumprimento da referida legislação invalida os pedidos de pagamento apresentados.
2. O contraente reconhece que o Parlamento Europeu, enquanto instituição da União Europeia, está isento de todos os direitos e impostos, nomeadamente do IVA, nos termos do artigo 3.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia. Esta isenção é concedida ao Parlamento Europeu pelos governos dos Estados-Membros, quer *a posteriori*, por via de reembolso com base em documentos justificativos, quer por via de isenção direta.
3. Caso, por força da legislação fiscal aplicável, o contraente esteja obrigado a aplicar o IVA aos pagamentos respeitantes ao presente contrato, o Parlamento Europeu pagar-lhe-á, para além do preço fixado no artigo I.4 das condições específicas, o montante do IVA aplicado, devendo solicitar posteriormente o respetivo reembolso às autoridades nacionais competentes. Para o efeito, o contraente deve apresentar ao Parlamento Europeu uma fatura conforme à legislação nacional aplicável em matéria de IVA e indicar o seu local de tributação para efeitos de IVA. A fatura deve

---

<sup>5</sup> Pode ser indicada outra divisa quando estiver prevista no concurso a possibilidade de as propostas serem apresentadas numa moeda distinta do euro.

indicar claramente que os serviços são prestados ao Parlamento Europeu e discriminar o preço a pagar pelos serviços, sem IVA incluído, e o montante do IVA aplicável.

4. Para os contraentes sediados na Bélgica, as notas de encomenda ou contratos específicos devem incluir a seguinte frase: *"En Belgique la présentation de ce bon de commande vaut présentation d'une demande d'exonération de la TVA n° 450, article 42, paragraphe 3.3 du Code TVA (circulaire 1978)"* ou uma frase equivalente em neerlandês ou alemão. O contraente deve incluir a seguinte menção nas suas faturas: *"Facture exonérée de la TVA, article 42, paragraphe 3.3 du Code de la TVA"* ou uma menção equivalente em neerlandês ou alemão.

## **ARTIGO II.5 - RECUPERAÇÃO**

1. Se o total dos pagamentos efetuados exceder o montante efetivamente devido ao abrigo do contrato específico ou da nota de encomenda ou se a recuperação se justificar segundo os termos do contrato, o contraente reembolsará o montante correspondente em euros no momento da receção da nota de débito, pela forma e nos prazos fixados pelo Parlamento Europeu.
2. Na falta de pagamento no prazo fixado na nota de débito, acrescerão ao montante devido juros de mora à taxa referida no artigo I.4 das Condições Específicas. São devidos juros relativos ao período decorrido entre o dia seguinte à data de vencimento e o dia em que a dívida for integralmente paga.
3. O Parlamento Europeu pode, após notificação do contraente, recuperar os montantes apurados como certos, líquidos e exigíveis mediante compensação, nos casos em que o contraente também disponha, por seu turno, de um crédito certo, líquido e exigível sobre a União Europeia. O Parlamento Europeu pode igualmente recorrer à garantia, caso tal esteja previsto.

## **ARTIGO II.6 - SUBCONTRATAÇÃO**

1. O contraente não pode, sem autorização prévia, por escrito, do Parlamento Europeu, recorrer à subcontratação nem fazer-se substituir, na prática, por terceiros para os mesmos fins. A aceitação de uma proposta, previamente sujeita à assinatura do contrato-quadro ou de um contrato específico, em que esteja mencionado o recurso a um ou vários subcontratantes equivale à aceitação tácita destes últimos pelo Parlamento Europeu.
  2. Ainda que o Parlamento Europeu o autorize a subcontratar, o contraente continua a ser o único e inteiro responsável pela boa execução do contrato, quer perante o Parlamento Europeu, quer perante terceiros.
  3. O contraente obriga-se a incluir em cada contrato celebrado com os subcontratantes todas as estipulações que permitam ao Parlamento Europeu exercer os mesmos direitos e beneficiar das mesmas garantias, tanto perante estes últimos como perante o próprio contraente.
1. O Parlamento Europeu reserva-se o direito de exigir que o contraente lhe forneça informações sobre o respeito dos critérios de exclusão, bem como sobre as capacidades legais, regulamentares, financeiras, económicas, técnicas e profissionais do subcontratante, incluindo os requisitos mínimos indicados no caderno de encargos. Entre estes figuram o respeito das obrigações legais aplicáveis em matéria ambiental, social e laboral estabelecidas pelo direito da União, pela legislação nacional, por acordos coletivos ou pelas convenções internacionais em matéria ambiental, social e laboral enumeradas no anexo X da Diretiva 2014/24/UE (JO L 94 de 28.3.2014, p. 65).
  2. A entidade adjudicante pode pedir ao contraente que substitua um subcontratante que se encontre numa situação prevista nas alíneas d) e e) do artigo II.15.1.

3. Na falta da autorização referida no n.º 1, ou em caso de incumprimento das condições nela estipuladas, a subcontratação efetuada pelo contraente não será oponível ao Parlamento Europeu, não produzindo em relação a ele quaisquer efeitos.

## **ARTIGO II.7 – CESSÃO**

1. O contraente não pode, sem autorização prévia, por escrito, do Parlamento Europeu, ceder a totalidade ou parte dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.
2. O contraente obriga-se a incluir em cada contrato celebrado com os cessionários todas as estipulações que permitam ao Parlamento Europeu exercer os mesmos direitos e beneficiar das mesmas garantias, tanto perante estes últimos como perante o próprio contraente.
3. Na falta da autorização referida no n.º 1, ou em caso de incumprimento das condições nela estipuladas, a cessão efetuada pelo contraente não será oponível ao Parlamento Europeu, não produzindo em relação a ele quaisquer efeitos.

## **ARTIGO II.8 — CONFLITOS DE INTERESSES E CONFLITO DE INTERESSES PROFISSIONAIS**

1. O contraente tomará todas as medidas necessárias para evitar qualquer situação que possa comprometer a execução imparcial e objetiva do contrato. Os conflitos de interesses podem resultar, nomeadamente, de interesses económicos, de afinidades políticas ou nacionais, de laços familiares ou afetivos ou de qualquer outra relação ou comunidade de interesses. Pode, em particular, verificar-se um conflito de interesses quando ocorre a situação descrita no artigo 107.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento Financeiro. Por conflito de interesses profissionais entende-se qualquer situação em que as atividades profissionais anteriores ou em curso do contraente afetam a sua capacidade de executar um contrato específico garantindo um nível de qualidade adequado, tal como previsto no artigo 148.º, n.º 6, das normas de execução do Regulamento Financeiro. Qualquer suspeita de conflito de interesses ou de conflito de interesses profissionais que possa surgir durante a execução do contrato deve ser imediatamente notificada por escrito ao Parlamento Europeu. Em caso de ocorrência de um conflito desta natureza, o contraente tomará imediatamente todas as medidas necessárias para lhe pôr cobro.
2. O Parlamento Europeu reserva-se o direito de verificar a adequação das referidas medidas, podendo exigir que sejam tomadas medidas adicionais, se necessário, em prazo que fixará.
3. O contraente certificar-se-á de que os membros do seu pessoal e dos seus órgãos de administração e direção não se encontram em situação suscetível de gerar conflitos de interesses. O contraente deve proceder, de imediato e sem exigir qualquer compensação por parte do Parlamento Europeu, à substituição dos membros do seu pessoal que se encontrem em tal situação.
4. O contraente declara:
  - ) que não fez e que não virá a fazer qualquer tipo de proposta suscetível de dar lugar a vantagens indevidas no âmbito do contrato;
  - ) que não concedeu, não procurou, não tentou obter nem aceitou e compromete-se a não conceder, não procurar, não tentar obter nem aceitar quaisquer vantagens, financeiras ou em espécie, para ou de quaisquer pessoas, no caso de as referidas vantagens constituírem uma prática ilegal ou envolverem corrupção, direta ou indireta, na medida em que constituam um incentivo ou recompensa ligada à execução do contrato.



5. O contraente comunicará por escrito todas as obrigações decorrentes do presente artigo aos membros do seu pessoal e dos seus órgãos de administração e direção, bem como aos terceiros implicados na execução do contrato. Caso o Parlamento Europeu o solicite, ser-lhe-á transmitida uma cópia das instruções dadas e dos compromissos assumidos a este respeito.

## **ARTIGO II.9 – DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

### **1. Definições**

**"Autor":** Toda a pessoa singular que contribui para produzir o resultado.

**"Material preexistente":** qualquer material, documento, tecnologia ou conhecimento especializado existente antes de o contraente o utilizar para a produção de um resultado na execução do presente contrato;

**"Direito preexistente":** qualquer direito de propriedade industrial e intelectual sobre material preexistente; pode ser composto por um direito de propriedade, uma licença e/ou direito de utilização pertencentes ao contraente, ao autor, à entidade adjudicante, ou a quaisquer outros terceiros;

**"Resultado":** qualquer realização esperada da execução do presente contrato, independentemente da sua forma ou natureza, que é entregue e, por último ou parcialmente, aprovada pela entidade adjudicante. O resultado pode ser definido mais pormenorizadamente no presente contrato como um elemento concreto a entregar. O resultado pode, além de materiais produzidos pelo contraente ou a seu pedido, incluir igualmente materiais preexistentes.

### **2. Propriedade dos resultados e direitos exclusivos**

A União adquire de forma irrevogável e universal a propriedade dos *resultados* e de todos os direitos de propriedade intelectual nos termos do contrato. Os direitos de propriedade intelectual assim adquiridos incluem quaisquer direitos, nomeadamente os direitos de autor e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial, de todos os *resultados* e de todas as soluções tecnológicas e informações criadas ou produzidas pelo contraente ou os seus subcontratantes na execução do contrato. A entidade adjudicante pode explorar e utilizar os direitos adquiridos, como estipulado no presente contrato. A União adquire todos os direitos a partir do momento em que a entidade adjudicante aprova os *resultados* entregues pelo contraente. Essa entrega e aceitação são consideradas uma cessão efetiva dos direitos do contraente a favor da União.

O pagamento do preço inclui a totalidade das quantias a pagar ao contraente relativamente à aquisição da propriedade dos direitos pela União, incluindo todas as formas de exploração e de utilização dos *resultados*.

### **3. Licenciamento dos direitos sobre materiais preexistentes**

A União não adquire a propriedade dos direitos preexistentes nos termos do presente contrato.

O contraente deve licenciar os direitos preexistentes a título gratuito, não exclusivo e irrevogável à União, que poderá utilizar os materiais preexistentes, incluindo direitos conexos, para todos os modos de exploração previstos no presente contrato ou nos contratos específicos. Todos os direitos preexistentes são sujeitos a licenciamento a favor da União, a partir do momento em que os resultados são entregues e aceites pela entidade adjudicante.

O licenciamento dos direitos preexistentes a favor da União no âmbito do presente contrato abrange todos os territórios a nível mundial e é válida para o período de duração da proteção dos direitos de propriedade intelectual.

O pagamento do preço em conformidade com os contratos específicos é considerado incluir a totalidade das quantias a pagar ao contraente pelo licenciamento e/ou transferência de direitos preexistentes ou a favor da União, incluindo todas as formas de exploração e de utilização dos resultados, tal como definido nas condições específicas ou nos contratos específicos, se for caso disso.

No caso de a execução do contrato exigir que o contraente utilize materiais preexistentes pertencentes à entidade adjudicante, esta pode solicitar que o contraente assine um acordo de licenciamento. Essa utilização pelo contraente não implica qualquer transferência de direitos para este e é limitada às necessidades do presente contrato.

#### **4. Direitos exclusivos**

A União adquire os seguintes direitos exclusivos:

- a) fac-símile: O direito de autorizar ou proibir a reprodução dos resultados, direta ou indireta, temporária ou permanente, por qualquer meio (mecânico, digital ou outro) e sob qualquer forma, no todo ou em parte;
- b) comunicação ao público: O direito exclusivo de autorizar ou proibir qualquer visualização, execução ou comunicação ao público, por fio ou sem fio, incluindo a colocação à disposição do público dos resultados, de forma a torná-los acessíveis a membros do público a partir do local e no momento por eles escolhido individualmente; este direito também inclui a comunicação e transmissão por cabo ou por satélite;
- c) distribuição: O direito exclusivo de autorizar ou proibir qualquer forma de distribuição de resultados ou cópias dos resultados ao público, por venda ou de qualquer outra forma;
- d) renda: O direito exclusivo de autorizar ou proibir o aluguer e o comodato de resultados ou de cópias dos resultados;
- e) adaptação: O direito exclusivo de autorizar ou proibir qualquer alteração dos resultados;
- f) tradução: O direito exclusivo de autorizar ou proibir qualquer tradução, adaptação, ajustamento, criação de trabalhos derivados baseados nos resultados, e qualquer outra alteração dos resultados, sujeita ao respeito dos direitos morais dos autores, quando aplicável;
- g) Quando os resultados forem ou incluírem uma base de dados: O direito exclusivo de autorizar ou proibir a extração da totalidade ou de uma parte substancial do conteúdo de uma base de dados para outro suporte, por qualquer meio ou qualquer forma; O direito exclusivo de autorizar ou proibir a extração da totalidade ou de uma parte substancial do conteúdo de uma base de dados para distribuição de cópias, por aluguer, em linha ou qualquer outra forma de transmissão;
- h) Quando os resultados forem ou incluírem objetos patenteáveis: O direito de registar a respetiva patente e explorar essa patente em toda a sua extensão;
- i) Quando os resultados forem ou incluírem logótipos ou elementos suscetíveis de registo como marca comercial: O direito de registar esse logótipo ou elemento como marca comercial, continuar a explorá-lo e a utilizá-lo;
- j) Quando os resultados forem ou incluírem saber-fazer (know-how): O direito de utilizar esse saber-fazer na medida do necessário para utilizar os resultados conforme previsto no presente contrato-quadro, e o direito de pôr à disposição de contraentes ou subcontratantes que agem em nome da entidade adjudicante, sob reserva da assinatura de acordos de confidencialidade adequados, se necessário;
- k) Quando os resultados forem documentos:
  - (i) o direito de autorizar a reutilização dos documentos; «Reutilização», utilização de documentos por pessoas singulares ou coletivas para fins comerciais ou não comerciais diferentes dos inicialmente previstos aquando da sua produção.

- (ii) O direito de armazenar e arquivar os resultados em conformidade com as regras de gestão de documentos aplicáveis à entidade adjudicante, incluindo a digitalização ou conversão noutro formato para fins de preservação ou nova utilização;
- l) Quando os resultados forem ou incorporarem *software*, incluindo código-fonte, código objeto e, se for caso disso, documentação, documentos preparatórios e manuais, para além dos outros direitos mencionados no presente artigo:
  - (i) Os direitos dos utilizadores finais, para todas as utilizações que resultem do presente contrato e da intenção das partes, tanto pela União como pelos subcontratantes que agem em nome da União;
  - (ii) O direito de descompilar ou desmontar o *software*;
- m) O direito de licenciar ou sublicenciar, no caso de licenças relativas a direitos preexistentes, a terceiros qualquer dos direitos exclusivos ou dos modos de exploração previstos no presente contrato-quadro;
- n) Na medida em que o contraente possa invocar direitos morais, o direito da entidade adjudicante, salvo disposição em contrário do presente contrato-quadro, publicar os resultados com ou sem mencionar o(s) autor(es) o(s) nome(s) e o direito de decidir quando e se os resultados podem ser divulgados e publicados.

O contraente garante que os direitos exclusivos e os modos de exploração podem ser exercidos pela União sobre todas as partes dos resultados, quer sejam criados pelo contraente quer sejam constituídos por materiais preexistentes.

No caso de materiais preexistentes, os resultados da iniciativa do próprio contraente, a entidade adjudicante pode aceitar restrições razoáveis com impacto na lista acima, desde que os referidos materiais sejam facilmente identificáveis e separáveis dos restantes, não correspondam a elementos substanciais dos resultados, e, em caso de necessidade, existam soluções de substituição satisfatórias, sem custos adicionais para a entidade adjudicante. Nesse caso, o contraente deve informar claramente a entidade adjudicante antes de proceder a essa escolha, e a entidade adjudicante tem o direito de rejeitar a proposta.

## **5. Identificação dos direitos preexistentes**

Ao entregar os resultados, o contraente garante que, para qualquer utilização que a entidade adjudicante possa prever dentro dos limites estabelecidos no presente contrato, os resultados e os materiais preexistentes incorporados nos resultados estão isentos de direitos ou reclamações por parte dos seus autores ou de quaisquer partes terceiras, e que todos os necessários direitos preexistentes foram adquiridos ou licenciados.

Para esse efeito, o contraente estabelece uma lista de todos os direitos preexistentes sobre os resultados do presente contrato ou das suas partes, incluindo a identificação dos titulares dos direitos. Se não existem direitos preexistentes sobre os resultados, o contraente apresenta uma declaração para esse efeito. O contraente fornece essa lista ou declaração à entidade adjudicante, o mais tardar, juntamente com a fatura para pagamento do saldo.

## **6. Prova de transferência dos direitos preexistentes**

Mediante pedido da entidade adjudicante, o contraente deve apresentar provas de que é proprietário ou tem os direitos de utilização de todos os *direitos preexistentes* constantes da lista, exceto os direitos que sejam propriedade ou licenciados pela União. A entidade adjudicante pode solicitar esses comprovativos mesmo após o termo do presente contrato.

Estes comprovativos podem, nomeadamente, referir-se a direitos em relação a: partes de outros documentos, imagens, gráficos, sons, música, quadros, dados, software, invenções técnicas, saber-fazer, ferramentas de desenvolvimento informático, rotinas, sub-rotinas ou outros programas (<tecnologias de

base»), conceitos, desenhos, instalações ou obras de arte, dados, fontes ou materiais de base ou quaisquer outras partes de origem externa.

Estes comprovativos devem incluir, se for caso disso:

- a) o nome e o número da versão do produto de software;
- b) a identificação completa do trabalho e do seu autor, compositor, músico, promotor, criador, tradutor, pessoa que inseriu os dados, desenhador, editor, revisor, fotógrafo, produtor;
- c) uma cópia da licença de utilização do produto ou do acordo que concede os direitos em questão ao contraente ou uma referência a esta licença;
- d) uma cópia do acordo ou um extrato do contrato de trabalho que atribui os direitos em questão ao contraente, caso parte dos resultados tenham sido criados pelo seu pessoal;
- e) o texto da declaração de exoneração de responsabilidade, se existir.

A apresentação dos documentos comprovativos não exime o contraente das suas responsabilidades, caso se verifique que não dispõe dos direitos necessários, independentemente do momento e das pessoas a quem esse facto foi revelado.

Além disso, o contraente garante que detém os direitos ou poderes pertinentes para proceder à sua transferência e que pagou ou verificou o pagamento de todas as taxas, incluindo as devidas às sociedades de gestão coletiva, relacionadas com os resultados finais.

## **7. Citação de obras no resultado**

O contraente assinala claramente nos resultados todas as citações de obras existentes. A referência completa deve incluir, consoante o caso: o nome do autor, título do trabalho, data e local de publicação, data de criação, endereço de publicação na Internet, número, volume e outras informações que permitam identificar facilmente a origem.

## **8. Direitos morais dos autores**

Ao entregar os resultados, o contraente garante que os autores não se oporão, com base nos seus direitos morais de autor, a que:

- a) Os seus nomes sejam mencionados, ou não, quando os resultados forem apresentados ao público;
- b) Os resultados sejam divulgados, ou não, depois de terem sido entregues na sua versão definitiva à entidade adjudicante;
- c) Os resultados sejam adaptados, desde que isso seja feito de forma a não prejudicar a honra ou reputação do autor.

Se existirem direitos morais protegidos por direitos de autor sobre partes dos resultados, o contraente deve obter o consentimento dos autores à cessão ou dispensa dos direitos morais, em conformidade com as disposições jurídicas aplicáveis, devendo estar pronto para fornecer prova documental desse facto mediante pedido.

## **9. Direitos de imagem e registo de som**

Se um resultado incluir pessoas ou vozes, ou qualquer outro elemento privado registado de forma reconhecível, o contraente deve obter uma declaração dessas pessoas (ou, no caso de menores, as pessoas que exercem a autoridade parental) pela qual autorizam o uso descrito das suas imagens, voz ou elemento privado e, a pedido, enviar uma cópia da declaração à entidade adjudicante. O contraente deve tomar as medidas necessárias para obter essa autorização em conformidade com a legislação aplicável.

## **10. Declaração de direitos de autor sobre os direitos preexistentes**

Se o contraente conservar os direitos preexistentes sobre partes dos resultados e estes forem utilizados nos termos do artigo I.16.1, deve ser incluída uma referência a esse facto através da seguinte cláusula de exoneração de responsabilidade: "© — ano — União Europeia. Todos os direitos reservados. Certas partes são licenciadas à UE sob condições", ou com qualquer outra declaração de exoneração de responsabilidade equivalente que a entidade adjudicante considere mais adequada, ou que as partes possam acordar numa base casuística. Tal não se aplica se a inserção dessa referência for impossível, nomeadamente por razões de ordem prática.

#### **11. Visibilidade do financiamento da União e cláusula de exoneração de responsabilidade**

Ao fazer uso dos resultados, o contraente deve declarar que, por um lado, foram produzidos no âmbito de um contrato com a União e, por outro lado, que as opiniões expressas vinculam apenas o contraente, não representando a posição oficial da entidade adjudicante. A entidade adjudicante pode dispensar o contraente desta obrigação por escrito ou indicar o texto da declaração de exoneração de responsabilidade.

### **ARTIGO II.10 – CONFIDENCIALIDADE E DISCRIÇÃO**

1. Salvo autorização prévia, por escrito, do Parlamento Europeu, o contraente é obrigado a guardar sigilo, em relação a qualquer pessoa não autorizada, dos factos, informações, conhecimentos, documentos ou outros elementos cujo carácter confidencial lhe tenha sido revelado pelo Parlamento Europeu. O contraente mantém-se sujeito a esta obrigação após a conclusão das tarefas. Esta obrigação subsiste, para cada um desses elementos de informação, até que esse elemento tenha sido objeto de divulgação.
2. O contraente imporá o respeito do sigilo aos seus agentes, empregados, colaboradores, subcontratantes e eventuais cessionários.
3. O contraente obriga-se, em seu nome e em nome do seu pessoal, a não utilizar para fins diferentes da execução do contrato e a não divulgar a terceiros quaisquer factos, informações, conhecimentos, documentos ou outros elementos que lhe tenham sido comunicados ou de que tenha tido conhecimento no âmbito da execução do contrato, bem como nenhum dos resultados da sua prestação de serviços, sem autorização prévia, por escrito, do Parlamento Europeu. Estas obrigações manter-se-ão após a execução do presente contrato.
4. O presente artigo não prejudica eventuais obrigações do contraente decorrentes da regulamentação aplicável ou impostas por instâncias judiciais ou autoridades competentes.

### **ARTIGO II.11 – PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DA IMAGEM DO PARLAMENTO EUROPEU**

1. O contraente não poderá utilizar imagens do exterior ou do interior dos edifícios do Parlamento Europeu para fins publicitários ou comerciais sem autorização prévia, por escrito, do Parlamento Europeu.
2. A autorização do Parlamento Europeu referida no n.º 1 pode ser subordinada a condições especiais e limitada a um período de tempo determinado.

### **ARTIGO II.12 – UTILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

1. O contraente autoriza o Parlamento Europeu a processar, utilizar, divulgar e publicar, para qualquer fim e independentemente do meio e do suporte, todas as informações contidas ou relacionadas com o contrato, designadamente a identidade do contraente, o objeto e a duração do contrato, o montante pago e os relatórios. Caso se trate de dados de carácter pessoal, aplicar-se-ão as cláusulas relevantes das condições específicas.
2. A divulgação ou publicação pelo contraente de informações relacionadas com o contrato requerem a autorização prévia por escrito do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu poderá, para efeitos da referida autorização, impor ao contraente que mencione o montante pago pela União Europeia ou submeter a autorização a outras condições. Em qualquer caso, as informações publicadas ou divulgadas especificarão que as opiniões expressas refletem exclusivamente o ponto de vista do contraente e não constituem uma tomada de posição formal do Parlamento Europeu.
3. É proibida a utilização de informações de que o contraente tenha tido conhecimento durante a execução do contrato para fins alheios à referida execução, salvo autorização prévia por escrito do Parlamento Europeu.

#### **ARTIGO II.13 – DETENÇÃO PELO CONTRAENTE DE MATÉRIAS, PEÇAS, APARELHOS, DESENHOS, AMOSTRAS, BENS, MODELOS, GABARITOS, CALIBRES E SUPORTE LÓGICO PERTENCENTES AO PARLAMENTO EUROPEU**

1. O contraente é responsável pela perda ou avaria dos materiais, peças, aparelhos, desenhos, amostras, bens, modelos, gabaritos, calibres e suportes lógicos pertencentes ao Parlamento Europeu que aquele detenha para a execução do contrato, quer lhe tenham sido entregues pelo Parlamento Europeu para esse efeito, quer tenham sido comprados pelo contraente por conta do Parlamento Europeu.
2. A reparação do prejuízo causado por uma perda ou avaria referidas no n.º 1 será efetuada, à escolha do Parlamento Europeu, após consulta do contraente, quer em espécie (mediante substituição ou reparação), quer mediante indemnização equivalente ao custo da substituição à data da perda ou avaria, acrescida, se for caso disso, dos direitos e encargos eventualmente exigidos pelas autoridades nacionais.
3. Caso os bens referidos no n.º 1 sejam suscetíveis de amortização, apenas será tomado em consideração o seu valor residual.

#### **ARTIGO II.14 – FORÇA MAIOR**

1. Entende-se por "força maior" qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional independente da vontade das partes, não imputável a falta ou negligência de uma delas, que impeça uma das partes de cumprir uma ou várias das suas obrigações contratuais e que não possa ser evitado apesar do exercício da devida diligência. Os defeitos de equipamento ou de material ou os atrasos na respetiva disponibilização, os conflitos laborais, as greves, a inexecução de um subcontratante e os problemas financeiros não podem ser invocados como força maior, a menos que sejam consequência direta de um caso reconhecido de força maior.
2. Se qualquer das partes for confrontada com um caso de força maior, informará imediatamente do facto a outra parte, por carta registada com aviso de receção ou por meio equivalente, especificando a natureza, a duração provável e os efeitos previsíveis.
3. Nenhuma das partes será considerada em situação de incumprimento das suas obrigações contratuais caso tenha sido impedida de as cumprir por motivo de força maior. Se, por motivo de força maior, ficar impossibilitado de executar as tarefas que lhe foram confiadas, o contraente não

tem direito a ser remunerado nem indenizado. Em caso de execução parcial, será remunerado no montante correspondente. As presentes disposições não afetam o direito do contraente a ser reembolsado das despesas de viagem e estadia, bem como das despesas de transferência de material em que tenha incorrido para a execução do contrato.

4. As partes devem tomar todas as medidas necessárias para reduzirem ao mínimo os eventuais prejuízos.

## ARTIGO II.15 – RESOLUÇÃO PELO PARLAMENTO EUROPEU

1. O Parlamento Europeu pode resolver o contrato de pleno direito, no todo ou em parte, sem qualquer indemnização e sem intervenção judicial, por carta registada com aviso de receção, nos casos seguintes:
  - a) se o contraente ou qualquer pessoa que assume a responsabilidade ilimitada pelas dívidas do contraente se encontrar numa das situações previstas no artigo 106.º, n.º 1, alíneas a) ou b), do Regulamento Financeiro<sup>6</sup>;
  - b) se o contraente, ou qualquer outra pessoa na aceção do artigo 106.º, n.º 4, do Regulamento Financeiro, estiver sujeito a uma das situações previstas no artigo 106.º, n.º 1, alíneas c) a f), ou no artigo 106.º, n.º 2, do Regulamento Financeiro.
  - c) se o contraente não respeitar as obrigações legais aplicáveis em matéria ambiental, social e laboral estabelecidas pelo direito da União, pela legislação nacional, por acordos coletivos ou pelas convenções internacionais em matéria ambiental, social e laboral enumeradas no anexo X da Diretiva 2014/24/UE.
  - d) se o contraente se encontrar numa situação passível de constituir um conflito de interesses ou um conflito de interesses profissionais, tal como previsto no artigo II.8;
  - e) se o contraente tiver apresentado declarações falsas no que diz respeito às informações exigidas para participar no procedimento ou não tiver fornecido essas informações;
  - f) em caso de alteração da situação jurídica, financeira, técnica ou organizativa do contraente que possa, na opinião do Parlamento Europeu, afetar substancialmente a execução do contrato;
  - g) se o contraente não puder, por culpa sua, obter uma licença ou autorização necessária para a execução do contrato;
  - h) se, após notificação do contraente por carta registada com aviso de receção que especifique a natureza do incumprimento das suas obrigações contratuais e em que o Parlamento Europeu verifique que a execução não está conforme com as disposições contratuais, do caderno de encargos e todos os seus anexos ou com a proposta do contraente, o Parlamento Europeu não tiver obtido resposta parcial ou cabal no prazo de quinze dias após o respetivo envio;
  - i) se o contraente for objeto de uma sanção por força do artigo 106.º, n.º 13, do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012;
  - j) se, após a adjudicação do contrato, se verificar que foram cometidos erros substanciais, irregularidades, corrupção ou fraudes no processo de adjudicação ou na execução do contrato; se estes erros, irregularidades, corrupção ou fraudes forem imputáveis ao contraente, o Parlamento Europeu pode ainda recusar efetuar o pagamento, recuperar os montantes já pagos ou rescindir todos os contratos celebrados com o mesmo contraente, proporcionalmente à gravidade dos referidos erros, irregularidades, corrupção ou fraude;
  - k) se o contrato for executado num domínio de atividade sujeito a uma evolução rápida dos preços e da tecnologia e se, após uma avaliação intercalar realizada pelo Parlamento Europeu, as condições inicialmente fixadas deixarem de corresponder à evolução dos preços ou da tecnologia.
2. Em caso de força maior, comunicada em conformidade com o artigo II.14, qualquer parte pode rescindir o contrato, o(s) contrato(s) específico(s) ou a(s) nota(s) de encomenda em vigor, caso a

---

<sup>6</sup> Regulamento (UE, EURATOM) n.º 966/2012 relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e respetivas alterações (<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32012R0966>)



execução dos mesmos não possa ser garantida durante um prazo correspondente a, pelo menos, um quinto do prazo fixado respetivamente nas condições específicas, no contrato específico ou na nota de encomenda.

3. Antes da resolução prevista no n.º 1, alínea i), o contraente terá a oportunidade de apresentar as suas observações no prazo máximo de 15 dias a contar da data de envio da notificação respetiva por carta registada com aviso de receção.
4. A resolução produz efeitos na data em que o contraente receber a carta registada com aviso de receção na qual se resolve o contrato ou em qualquer outra data indicada na carta de resolução.
5. Efeitos da resolução:
  - a) No caso de o Parlamento Europeu resolver o contrato nos termos do presente artigo, e sem prejuízo de quaisquer outras disposições do contrato, o contraente renunciará a qualquer pedido de indemnização por danos diretos ou indiretos, incluindo quaisquer perdas de lucros esperados por trabalhos incompletos. Após receção da carta de rescisão do contrato, do contrato específico ou da nota de encomenda em vigor, o contraente deve tomar todas as medidas necessárias para minimizar os custos, evitar danos e anular ou reduzir o alcance dos seus compromissos. Deve elaborar os documentos exigidos nas condições específicas relativamente aos trabalhos efetuados até à data em que a resolução produza efeitos num prazo que não pode exceder sessenta dias a contar dessa data.
  - b) O Parlamento Europeu poderá exigir uma indemnização por quaisquer perdas ou danos, diretos e indiretos, sofridos e recuperar todos os montantes pagos ao contraente nos termos do contrato.
  - c) Após a resolução do contrato, o Parlamento Europeu pode proceder à execução das prestações por pessoal suplente, contratando qualquer outro contraente para a conclusão das prestações. O Parlamento goza do direito de exigir a execução por pessoal substituto, após notificação, por escrito, do contraente, inclusive quando não procede à resolução do contrato, a fim de garantir a boa execução das prestações contratualmente previstas. Nestes casos concretos, o Parlamento Europeu terá o direito de reclamar ao contraente o reembolso de todos os custos suplementares ocasionados pela conclusão das referidas prestações, sem prejuízo de quaisquer outros direitos ou garantias de que goze nos termos do contrato.
  - d) Após a rescisão, o Parlamento Europeu pode aplicar sanções administrativas e financeiras, nas condições previstas no artigo 106.º a 108.º do Regulamento Financeiro.

## **ARTIGO II.16 – CONTESTAÇÕES E PERITAGENS**

1. Em caso de diferendo que exija verificações de natureza material ou técnica, qualquer das partes pode mandar proceder a uma peritagem previamente a qualquer diligência judicial. Para esse efeito, a parte em causa comunicará à outra parte, por escrito, o objeto do diferendo, indicando um perito.
2. A outra parte deve, no prazo de quinze dias, informar se aceita ou não esse perito e, em caso de recusa, apresentar uma contraproposta, a que deve ser dada resposta no prazo de quinze dias contados da respetiva notificação. Esta troca de correspondência far-se-á por carta registada com aviso de receção.
3. Se as partes não chegarem a acordo, a parte que primeiro assim o requeira submeterá o litígio ao tribunal competente nos termos do artigo I.13 do presente contrato, ao qual solicitará, caso necessário, a designação de um perito.

## **ARTIGO II.17 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS**

1. O Parlamento Europeu pode aplicar sanções administrativas ou financeiras nos seguintes casos:
  - a) se o contraente se encontrar numa situação de exclusão estabelecida em conformidade com o artigo 106.º do Regulamento Financeiro;
  - b) se o contraente for considerado culpado de falsas declarações ao fornecer as informações exigidas pelo Parlamento Europeu para a sua participação no procedimento de adjudicação do contrato ou não tiver fornecido essas informações;

Não obstante, em qualquer dos casos, o Parlamento Europeu ou o painel estabelecido pelo artigo 108.º do Regulamento Financeiro devem, em primeiro lugar, permitir ao contraente que apresente as suas observações.

2. As sanções administrativas e financeiras devem ser proporcionais à importância do contrato e à gravidade das faltas cometidas, podendo consistir no seguinte:
  - a) exclusão do contraente dos concursos e subvenções financiados pelo orçamento da União Europeia; e/ou
  - b) pagamento de sanções pecuniárias a cargo do contraente, até ao limite do 10% do valor do contrato em apreço e/ou
  - c) publicação do nome do contraente, da situação de exclusão e da duração da exclusão nos termos do artigo 106.º, n.º 16, do Regulamento Financeiro.

## **ARTIGO II.18 - INSPEÇÕES E AUDITORIAS**

1. Nos termos do artigo 161.º do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012, o Tribunal de Contas Europeu tem poderes para inspecionar os documentos detidos pelas pessoas singulares ou coletivas que beneficiem de pagamentos do orçamento da União Europeia desde a assinatura do contrato até cinco anos após o pagamento do saldo.
2. O Parlamento Europeu ou um organismo externo de sua escolha terão os mesmos direitos que o Tribunal de Contas Europeu para fins de inspeção e controlo limitados ao cumprimento das obrigações contratuais, desde a assinatura do contrato até cinco anos após o pagamento do saldo.
3. Além disso, o Organismo Europeu de Luta Antifraude pode realizar controlos no local e inspeções nos termos do Regulamento (Euratom, CE) n.º 2185/96 do Conselho, de 11 de novembro de 1996, relativo às inspeções e verificações no local efetuadas pela Comissão para proteger os interesses financeiros das Comunidades Europeias contra a fraude e outras irregularidades, e do Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1073/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (Euratom) n.º 1074/1999 do Conselho, desde a assinatura do contrato até cinco anos após o pagamento do saldo.
4. Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como nos termos do artigo 29.º do Regulamento delegado n.º 1268/2012 da Comissão, para garantir a proteção dos interesses financeiros da União, os dados pessoais mencionados no artigo I.14 podem ser transferidos para os serviços de auditoria interna, para o Tribunal de Contas

Europeu, para a instância especializada em matéria de irregularidades financeiras ou para o Organismo Europeu de Luta Antifraude.

[O contraente obriga-se a informar o gestor orçamental delegado de qualquer suspeita de atividades ilegais, de fraude ou de corrupção suscetíveis de prejudicar os interesses da União.]<sup>7</sup>

## **ARTIGO II.19 — DISPOSIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS**

1. O Parlamento Europeu reserva-se o direito de efetuar diretamente junto do contraente as inspeções e controlos necessários para se certificar do cumprimento dos requisitos ambientais, sociais e laborais estabelecidos no artigo I.7. Estas inspeções e controlos poderão ser parcial ou totalmente efetuados por um órgão externo devidamente mandatado pelo Parlamento Europeu.
2. Qualquer constatação de incumprimento das obrigações impostas por parte do contraente, bem como qualquer recusa da inspeção pelo Parlamento Europeu ou por um organismo devidamente mandatado, permitirá ao Parlamento Europeu resolver o presente contrato.

## **ARTIGO II.19-A – DISPOSIÇÕES RELATIVAS A MEDIDAS DE SEGURANÇA**

1. No âmbito da execução do presente contrato, o contraente obriga-se a respeitar ele próprio e a garantir que qualquer pessoa que aja em seu nome cumpra as normas nacionais e internas de proteção e de segurança aplicáveis ao acesso aos locais, às instalações e/ou aos eventos organizados no Parlamento Europeu, bem como quaisquer outras restrições semelhantes em vigor. O contraente reconhece que tal respeito poderá incluir, nomeada mas não exclusivamente, a obrigação de obter dos serviços competentes do Parlamento Europeu e/ou das autoridades nacionais a credenciação de segurança para si próprio e para qualquer pessoa que aja em seu nome no quadro da execução do contrato.
2. O contraente deve cooperar com o serviço de segurança competente do Parlamento Europeu a fim de o assistir no desempenho da sua missão e atribuições. Tal cooperação inclui, nomeada mas não exclusivamente, a obrigação que incumbe ao contraente de comunicar imediatamente ao serviço competente qualquer mudança de pessoas que ajam em seu nome no quadro da execução do presente contrato, bem como qualquer incidente que possa comprometer a segurança da instituição.
3. Caso a pessoa que aja em nome do contraente e que necessite de aceder aos locais, instalações e/ou os eventos organizados no Parlamento Europeu não obtenha ou perca a acreditação ou habilitação de segurança, o contraente deve proceder à sua imediata substituição. Qualquer outro incumprimento das normas de proteção e segurança em vigor confere ao Parlamento Europeu o direito de obter a substituição da pessoa em questão. O pessoal de substituição deve possuir as credenciações e habilitações profissionais no domínio da segurança necessárias e ser capaz de executar o contrato nas mesmas condições contratuais. O contraente será responsável por qualquer atraso na execução das tarefas que lhe foram confiadas resultante da substituição de pessoal nos termos do presente artigo.
4. Em caso de incumprimento por parte do contraente das obrigações relativas à segurança e/ou de qualquer recusa de se submeter ao processo de acreditação e/ou de credenciação de segurança, o Parlamento Europeu poderá rescindir o presente contrato sem pré-aviso.

## **ARTIGO II.20 - ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

---

<sup>7</sup> Esta menção é aplicável exclusivamente aos contratos com auditores externos na aceção do artigo 66.º, n.º 8, segundo parágrafo, do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012.

1. As alterações ao presente contrato e respetivos anexos (incluindo as adendas ou supressões) devem ser objeto de adenda escrita celebrada nas mesmas condições do contrato. Os acordos verbais não serão vinculativos para as partes contraentes.
2. Em caso de invalidade ou de inoponibilidade de qualquer disposição do presente contrato, ditada pela jurisdição competente, as restantes disposições mantêm-se aplicáveis, e as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida ou inoponível por outra disposição com efeitos económicos o mais próximos possível dos da disposição posta em causa.
3. Nem as abstenções nem as falhas do Parlamento Europeu no exercício ou aplicação dos seus direitos decorrentes de qualquer disposição do presente contrato constituirão uma renúncia do Parlamento Europeu a qualquer disposição do presente contrato.

Feito em ..... em ..... em dois originais

*Pelo contraente*

*Pelo Parlamento Europeu*